ça tenha acesso ao mundo de forma delicada e em seu tempo, respeitar cada etapa e cada período que constitui o desenvolvimento infantil garante um desenvolvimento saudável e pleno em aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. S. O lúdico na vida e na escola: desafios metodológicos. Curitiba: Appris, 2012.
BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 1998. 1,2 e 3.
BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. Trabalhando com recreação. São Paulo: Ícone, 2005.
FREINET, C. As técnicas Freinet da escola moderna. Trad. Silva Letra. 4 ed. Lisboa: Estampa, 1975.
FROEBEL, Friedrich. O pedagogo dos Jardins da infância. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
HAYDT, Regina. Atividades lúdicas na Educação da Criança, Editora Ática, 2001.
HOLTZ, M. L. M. Lições de Pedagogia empresarial. Sorocaba/São Paulo: DHL, 1998.
HUIZINGA, J. Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura. 5. ed. Trad. João Paulo Monteiro. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.
INCONTRI, Dora. Pestalozzi: educação e ética. São Paulo: Scipione, 1997.
LIMA, A.F.S. de O. Pré-escola e alfabetização: uma proposta baseada em P. Freire e J. Piaget. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
MACEDO, Lino. Ensaios Construtivistas. 3. Ed. São Paulo : Casa do Psicólogo, 1992.
MACEDO, Lino. PETTY, Ana Lúcia S. e PASSOS, Norimar C. Os jogos e o lúdico na Aprendizagem Escolar. 2 ed. Porto Alegre. Artmed, 2005.
MONTESSORI, 1949. P39 – Mente Absorvente-(Tradução de Wilma Freitas Ronald de Carvalho) Rio de Janeiro, Ed. Nórdica, 1949
MOYLES, Janet R. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Porto alegre: Artmed, 2002.
PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
VYGOTSKY, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: Michael Cole, Vera John-Steiner, Sylvia Scribner, Ellen Souberman (Org.) A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
VYGOTSKY, Lev Semyonovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

PETRUCIA FARIA DE LIMA

RESUMO

O objetivo deste estudo é o de investigar a contribuição da contação de histórias no Ensino Fundamental, aos primeiros contatos da criança com a alfabetização, analisando a influência dessa prática sobre o desenvolvimento integral da criança a partir dos 6 anos e sua relação direta com a arte e a cultura da comunicação oral que, historicamente, obteve o papel de encantar, despertar emoções, aguçar a sensibilidade, estimular a imaginação e trabalhar o corpo e a mente sincronicamente. Almeja também a ampliar o papel do professor como mediador de conhecimentos, incluindo a prática da contação de histórias em sua rotina pedagógica de forma a auxiliar a compreensão das crianças e aguçar o interesse pela leitura. Contar histórias não é tarefa das mais simples, já que exige habilidades específicas, como técnicas diversas, disposição e qualificação do professor contador de histórias para alcançar os objetivos da narrativa oral, que é o de ampliar o vocabulário e o mundo das ideias na mesma medida em que atrai a atenção da criança de forma lúdica, pedagógica e interdisciplinar, ampliando as possibilidades de ver e compreender o mundo e a si mesmo. Desta forma, as reflexões apresentadas nos convidam a pensar em uma educação mais humanizada, pautada nas vivências, nas aprendizagens e nas experiências estéticas significativas.

PALAVRAS-CHAVE: Contação de histórias; Prática pedagógica; Incentivo à leitura.

INTRODUÇÃO

A contação de histórias é considerada por muitos autores uma prática essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem desde a primeira infância, onde a criança sente a necessidade de vivenciar sua imaginação e criatividade por meio da arte. É na infância que se constroem as primeiras experiências imprescindíveis na formação do caráter, da personalidade e da consciência. Para tanto, a criança deve ser inserida em uma cultura que a estimule a pensar, sentir, se expressar e experienciar vivências, fatores que são componentes da contação de histórias e que despertam a sensibilidade, a emoção e o autoconhecimento, na mesma medida em que ensina, instrui e a prepara para a vida em

sociedade. Assim, o presente estudo, mesmo que não tão aprofundado, tem por objetivo ampliar as informações acerca da contribuição da contação de histórias para educação no ensino fundamental, buscando repostas para algumas indagações como, por exemplo: de que maneira a contação de história influencia no desenvolvimento infantil; como utilizar a literatura como recurso pedagógico; se existe uma fórmula ideal para contar histórias, e como deve ser a prática do professor mediador que desenvolve seu trabalho em consonância com a formação integral do sujeito.

O PAPEL DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS ATRAVÉS DO TEMPO

Muito antes do surgimento da escrita, a contação de histórias já era uma das atividades mais antigas que se tem notícia, remontando à época da arte rupestre – desenhos criados a partir de tintas naturais em superfícies rochosas -, desde o surgimento da humanidade, há milhões de anos. Sendo assim, era a principal prática utilizada para narrar os acontecimentos do dia a dia, assim como para a transmissão de ensinamentos, valores e costumes, tornando possível a perpetuação da cultura de um povo para as futuras gerações. Além disso, era também um meio de entretenimento e lazer, uma forma de reunir a comunidade, com informações sendo transmitidas por meio da memória dos anciãos, onde a relação entre o dizer e o ouvir transitava pelo estado de entrega, intensidade, admiração e conquista, desafiando o passar do tempo.
O homem descobriu que a história além de entreter causava admiração e conquistava a aprovação dos ouvintes. O contar de histórias tornou-se o centro da atenção popular pelo prazer que suas narrativas proporcionavam. (BERNARDINO,SOUZA,2011).

Desde aquela época e ainda hoje, a necessidade de exprimir o sentido da vida, tentando buscar explicações para as inquietações humanas e transmitir valores para as futuras gerações têm sido a força que impulsiona o ato de contar, ouvir e recontar histórias.

Assim entendido, antes da escrita, os saberes da humanidade eram transmitidos por meio da oralidade e, à medida que o falar tornou-se insuficiente para expressar e manifestar a cultura de uma sociedade, o homem começou a pensar em materiais palpáveis que organizassem o conhecimento adquirido, isto é, a escrita. Dessa forma, a oralidade materializou-se trazendo consigo a necessidade da leitura em um determinado suporte, decorrendo que as histórias foram narradas a partir de um texto escrito, causando impacto positivo entre os ouvintes, posto que a qualidade dos escritos era melhor elaborada e a multiplicidade dos textos tornou-se mais socializada (SCHERMACK,

Com o surgimento e a evolução dos sistemas de escrita, a prática da contação de histórias passou a ser vista como simplória, apenas uma prática inferior, um passatempo, uma cultura popular e leiga, ao contrário da cultura erudita das hierarquias consideradas mais instruídas. Mais tarde, com o reconhecimento do valor eminente das artes em geral como fonte indispensável para formação humana, a tradição oral volta a ganhar certo destaque na sociedade, agora letrada, nas instituições educativas. A contação de histórias então ressurge como uma atividade fundamental que transmite conhecimentos e valores, sua atuação é decisiva na formação e no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. Ao preparar uma história para ser contada, tomamos a experiência do narrador e de cada personagem como nossa e ampliamos nossa experiência vivencial por meio da narrativa do autor. Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real. (RODRIGUES, 2005, p. 4).

A LEGISLAÇÃO DO ENSINO DE ARTES NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO

O ensino da arte, conforme a conhecemos hoje, foi consequência de grandes processos históricos e culturais que se adaptaram ao longo do tempo dando origem aos ideais e convicções que compõem nossa sociedade atual. No início, a educação artística brasileira, criada por volta de 1816 com a instauração da Escola Nacional de Belas-Artes, tinha como procedimento reproduzir o que era considerado arte, nos moldes dos padrões europeus. Sendo assim, a elite privilegiada era a única classe que se beneficiava destes segmentos, visto que outras manifestações artísticas que fugiam ao enquadramento dos modelos de referência eram desprezadas. Com passar do tempo e uma gradual evolução das ideologias, o ensino da arte passou a ser trabalhado nas escolas tradicionais, mas ainda pautado no tecnicismo, como o desenho geométrico, que tinha como objetivo a formação disciplinar para a vida profissional. A partir dos anos 1950, a arte começa a receber influências da Escola Nova, prezando neste momento apenas a espontaneidade e a criatividade dos alunos, fato que gerou um certo “deixa-fa-

zer", em que o processo se sobrepôs ao resultado final. Com a promulgação da Lei n° 5.692 de 1971 o ensino artístico se torna propriamente componente curricular, mas se desdobrando basicamente em decorações da escola com foco em datas cívicas e atividades descontextualizadas. Somente com a publicação da LDB 9.394/96 seguida pelos PCNs e DCNEI é que a arte se eleva à condição de linguagem significativa, equiparando-se com as demais disciplinas, mediante seu caráter de saber indispensável que articula as práticas de produção, fruição e reflexão.

A arte pode apresentar diferentes funções em cada sociedade. Ela pode contar histórias, educar, provocar reflexão; pode representar a realidade, ou criticá-la; ser manifestação dos sentimentos do artista, do sonho, imaginação ou fervor religioso; e pode também não ter função alguma, bastando-se por si mesma. Quando entra em contato com o público, pode também gerar interpretações muito diferentes das pretendidas pelo artista. Mas pode-se dizer que, de forma geral, as manifestações artísticas possuem em comum seu caráter estético (BOZZANO; FRENDA, 2013, p.11).

De acordo com a abordagem acima, entende-se por arte uma manifestação subjetiva estritamente humana de expressar pensamentos, emoções, comportamentos, historicidade e valores atingindo também a estética, a comunicação e as linguagens múltiplas como a contação de histórias, a dança, o teatro, a música, a escrita, a escultura, a arquitetura, dentre outros. A arte seria desse modo, um instrumento de integração e equilíbrio. Os sentimentos provocados pela arte, seja fazendo arte ou apreciando-a, superam os sentimentos comuns, que podem de alguma maneira ser expressos ou resolvidos, como quando se está triste ou alegre; aqueles sentimentos tocados e representados pela arte são emoções fortes, poderosas paixões que encontrariam na expressão artística a sua resolução. Assim sendo, o ensino da arte concebido como Patrimônio Cultural da Humanidade deve ser valorizado e estimulado desde a base infantil quando se iniciam as primeiras descobertas, curiosidades, interesses, habilidades e progressos em geral concernentes à formação integral do sujeito. A arte da palavra, no sentido de atingir oralmente o maior número de pessoas, está presente em todas as culturas abrangendo a essência humana em saber dialogar, transmitir saberes, conhecer e explorar o mundo. Muitas tradições foram mantidas por meio da contação de histórias, como por exemplo, certas lendas que, acredita-se, tinham como objetivo proteger as crianças dos perigos da mata como animais peçonhentos, animais selvagens, rios perigosos, queda em buracos, caminhos duvidosos, impedindo-as de se afastar muito de sua casa, principalmente à noite, sendo um dos principais motivadores o medo dos seres sobrenaturais mostrados nas histórias, como por exemplo, o chupa-cabra, o lobisomem e o Curupira.

Nas lendas encontramos ensinamentos humanos mais valiosos do que os passados pela rigidez cronológica do estudo histórico e mesmo que deformada pela imaginação popular, tem personagens bem definidas e fundamenta-se em factos históricos. (FONTES, 2013, p. 26).

Algumas lendas serviam também para condenar atitudes de desobediência infantil como birras, teimosia, xingamentos e malcriação, em que a indisciplina, segundo os preceitos dos adultos, era condição para a aparição dos monstros como o bicho-papão, a cuca, assombrações e fantasmas. Nestes casos a lenda assume uma função "educativa" em que o medo é o principal método de intervenção, misturando assim sentimentos de emoção, curiosidade, mistério e receio.

Partindo da analogia que se você, ouvinte, não praticar os atos que são narrados, não irá motivar que algo estranho aconteça na sua vida. Velha máxima: para toda ação há uma reação. Se for uma ação ruim, a resposta pode vir na figura de um monstro[…] o medo, o terror e a própria ambiguidade são estratégias narrativas que a partir do gênero fantástico podem ser usadas para refletir sobre a moral, sobre o que é certo ou errado. Juntamente com esses elementos pode haver a transmissão de valores morais […] a contação de histórias é uma atividade importante, pois nos enredos apresentados pode conter alguns dilemas que podem levar a criança a refletir sobre os seus. A partir de uma realidade hipotética, o ouvinte infantil consegue abstrair com mais facilidade sobre o certo e o errado, e suas consequências (CARVALHO; JUNIOR, 2016. p. 10-12). A contação de histórias como recurso de transmissão de valores tanto para adultos quanto para crianças também avançou no seguimento das doutrinas religiosas, conforme defende Bernardino e Souza (2011), envolvendo o sagrado, o profano, os feitos dos deuses, as figuras místicas e os mitos. A religiosidade cristã, por exemplo, tem se pautado fortemente na pregação da palavra, onde os escritos bíblicos, as parábolas e as histórias consagradas ao longo do tempo têm ligação direta com o dizer, interpretar, aconselhar, persuadir e aludir. No tocante a contação de histórias relacionadas à cultura de um povo, outro ponto determinante é a difusão de ideologias, isto é, o conjunto de ideias vistas como "verdadeiras", que são repassadas e reformuladas ao longo do tempo por meio de discursos sociais,

políticos, filosóficos, religiosos e educacionais.

A escola tem uma grande responsabilidade neste processo, o sistema educativo deve ajudar quem cresce em determinada cultura a se identificar, a partir das narrativas é possível construir uma identidade e encontrar-se dentro da própria cultura. (BERNARDINO; SOUZA, 2011, p. 241).

O próprio reconhecimento da infância foi sendo transfigurado por meio de novas concepções de criança, como se observa ao longo do tempo onde a cultura evoluiu. A história social da criança e da família, segundo Ariès (1981), tomou diferentes caminhos em cada período histórico, inicialmente não existia o reconhecimento do período chamado infância, a criança era considerada um adulto em miniatura, ser ingênuo e incompleto que estava em processo para tornar-se alguém. A família, por sua vez, era pautada em uma realidade mais moral e social do que sentimental. Com o tempo, essa visão foi sendo gradativamente modificada. Atualmente há uma nova concepção de infância bem evoluída (reconhecimento da particularidade e consciência sobre o universo infanto-juvenil), isto é, crianças, como sujeitos de direitos que são preparadas para tornarem-se futuros cidadãos dignos e responsáveis, capazes de transformar a sociedade à sua volta.

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época […] a criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (BRASIL, 1998, p. 21).

Hoje a infância é resguardada por diversos aparatos legais de proteção e garantia do desenvolvimento integral da criança, como, por exemplo, a Constituição Federal de 1988 - artigo 227, o Estatuto da criança e adolescente (8.069/90), a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, dentre outros, que também asseguram o direito a educação básica, iniciada na educação infantil. Nesse mesmo seguimento, a unidade escolar não é mais vista como lugar de depósito de crianças, possui currículo adequado conforme as propostas pedagógicas dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil que incluem a contato direto da criança com a cultura, a arte e a estética, objetivando a sensibilidade, a autonomia e a expressividade.

A RELEVÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA

A contação de histórias na educação infantil contribui significativamente para o desenvolvimento da criança, despertando o encanto, o prazer e a imaginação, subsidiando a aproximação do real com as fantasias que são fundamentais para a construção da personalidade na primeira infância. Mesmo a criança ainda não sabendo ler, ela naturalmente é curiosa, questionadora e inteligente, portanto o contato diário com a escuta de histórias tende a promover o gosto pela leitura, pelos livros e pela aprendizagem que vincula o divertimento, a ludicidade e o estímulo. Sobre essas contribuições, Cardoso (2016) ressalta que:

Além disso, a história permite o contato das crianças com o uso real da escrita, levando-as a conhecerem novas palavras, a discutirem valores como o amor, família, moral e trabalho, e a usarem a imaginação, desenvolver a oralidade, a criatividade e o pensamento crítico, auxiliam na construção de identidade do educando, seja esta pessoal ou cultural, melhoram seus relacionamentos afetivos interpessoais e abrem espaço para novas aprendizagens nas diversas disciplinas escolares, pelo caráter motivador da criança (CARDOSO, 2016, p. 08).

A contação de histórias está ligada diretamente ao imaginário infantil. O uso dessa ferramenta incentiva não somente a imaginação, mas também o gosto pela leitura; a ampliação do vocabulário, da narrativa e de sua cultura; o conjunto de elementos referenciais que proporcionarão o desenvolvimento do consciente e subconsciente infantil, o autoconhecimento e a ampliação de sua visão de mundo, resultando no desenvolvimento de atitudes essenciais para a formação do indivíduo como o senso crítico, a sensibilidade e a criatividade. Também atua na formação da personalidade, dos valores e crenças das crianças. Pela interação social a criança tem acesso aos modos de pensar e agir correntes em seu meio. A cultura compartilha as formas de raciocínio, as diferentes linguagens, como a língua, a música e a matemática, tradições, costumes, emoções e muito mais. A utilização da contação de histórias como instrumento de transmissão de conhecimento é uma característica essencialmente humana que possibilita maior domínio do meio e o desenvolvimento de habilidades específicas para utilizá-lo. Os signos elaborados pela cultura servem como instrumentos intelectuais que exigem do homem e lhe possibilitam uma diferenciação do pensamento em

relação aos animais. Um dos pontos cruciais do desenvolvimento humano, que altera o curso de seu pensamento, é a conquista da fala.
Chegaram ao seu coração e à sua mente, na medida exata do seu entendimento, de sua capacidade emocional, porque continham esse elemento que a fascinava, despertava o seu interesse e curiosidade, isto é, o encantamento, o fantástico, o maravilhoso, o faz de conta. (ABRAMOVICH, 1997, p. 37).

A capacidade de imaginar permite que o ser humano crie uma habilidade de entendimento e compreensão de histórias ficcionais, pois nossa vida é melhor entendida dentro de narrativas. A criança começa a exercitar sua imaginação desde muito cedo e é importante fomentar esta capacidade, pois é grande sua participação no desenvolvimento infantil. A atividade criadora da imaginação está diretamente relacionada à riqueza e diversidade das experiências vividas pelo sujeito, porque são estas que oferecem o material para a fantasia. Experiência não necessariamente direta com o objeto; ouvir relatos de fatos vividos por outras pessoas, descrições de objetos vistos por outros olhos ou escutar histórias de culturas distantes também são material rico para construir ideias. As histórias nos transmitem informações e abrangem nossas emoções. A história tem um papel significativo na contribuição com a tolerância e o senso de justiça social, podendo criar novos rumos à imaginação, tanto para o bem quanto para o mal. Sendo assim, a reformulação da literatura infanto-juvenil foi de extrema importância para que a sua função social e individual pudesse respeitar as especificidades e necessidades da intencionalidade que a história possui e quer transmitir para a criança. Além, é claro, da adequação condizente com a faixa etária.

A contação de histórias é um momento mágico que envolve a todos que estão nesse momento de fantasia. Ao contar histórias, o professor estabelece com o aluno um clima de cumplicidade que os remete à época dos antigos contadores que, ao redor do fogo, contavam a uma plateia atenta às histórias, costumes e valores do seu povo. A plateia não se reúne mais em volta do fogo, mas, nas escolas, os contadores de história são os professores, elo entre o aluno e o livro. O ato de contar histórias é próprio do ser humano, e o professor pode apropriar- se dessa característica e transformar a contação em um importantíssimo recurso de formação do leitor. (PENNAC, 1993, p. 124).

As primeiras produções infantis foram realizadas por professores e pedagogos no final do século XVII e durante o século XVIII. Coelho (2001) afirma que “estudar a história é ainda escolher a melhor forma ou o recurso mais adequado de apresentá-la.” (COELHO, 2001, p. 31). O uso da contação de histórias em sala de aula propicia inúmeras possibilidades. Além da interação criada entre o professor e o aluno, as histórias divertirem, educam, instruem, ajudam a socializar, desenvolver a inteligência e a sensibilidade. Se a literatura não está recebendo um estímulo adequado, a contação de histórias entra como uma alternativa para que os alunos tenham uma experiência positiva com a leitura, não uma tarefa rotineira escolar que transforma a leitura e a literatura em simples instrumentos de avaliação, afastando o aluno do prazer de ler. Porque, para formar grandes leitores, leitores críticos, não basta ensinar a ler. É preciso ensinar a gostar de ler. [...] com prazer, isto é possível, e mais fácil do que parece. (VILLARDI, 1997, p. 2). Quando o educador se utiliza da contação de histórias em sala de aula todos saem ganhando, tanto o aluno, que será instigado a imaginar e criar, quanto o professor, que ministrará uma aula muito mais agradável e produtiva e alcançará o objetivo pretendido: a aprendizagem significativa. Além disso, as histórias ampliam o contato com o livro para que os alunos possam expandir seu universo cultural e imaginário e, através de variadas situações, a contação de histórias pode: intrigar, fazer pensar, trazer descobertas, provocar o riso, a perplexidade, o encantamento etc. Ou seja, ao se contar uma história, percorre-se um caminho absolutamente infinito de descobertas e compreensão do mundo. As histórias despertam no ouvinte a imaginação, a emoção e o fascínio da escrita e da leitura. Afinal, contar histórias é revelar segredos, é seduzir o ouvinte e convidá-lo a se apaixonar pela história e pela leitura. A contação de histórias é realmente fonte inesgotável de prazer, conhecimento e emoção, em que o lúdico e o prazer são eixos condutores no estímulo à leitura e à formação de alunos leitores. A literatura oral amplia o vocabulário e o mundo das ideias na mesma medida em que atrai a atenção da criança, de forma lúdica, pedagógica e interdisciplinar que instrui, estimula o cognitivo, ensina a manter a atenção e o foco, aviva os sonhos, amplia as possibilidades de ver e compreender o mundo, assim como de se autoconhecer, ajudando a construir sua identidade de forma espontânea e livre de repressão. Mas falar de contação de histórias no âmbito da educação formal é também falar de literatura, uma vez que a consolidação das práticas de alfabetização e letramento se dá no campo linguístico de codificação e decodificação das palavras envolvendo também a leitura de mundo conforme defende Paulo Freire.
A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. (FREIRE,

1989, p. 09).

A literatura derivou-se da contação de história, e por ter uma estrutura concretográfica ganhou maior espaço no cenário educacional, entretanto, seu uso pragmático para fins didáticos de avaliação curricular tem sido questionado em razão do seu verdadeiro sentido, que em linhas gerais se representa como uma manifestação artística cuja matéria prima é a palavra lapidada por arranjos, sincronias e procedimentos estéticos que fundamentam a função poética da linguagem, tendo a função universal de instigar os valores humanos e despertar deleite, fazendo um resgate da memória original da contação de histórias, sendo capaz de canalizar de forma positiva sentimentos intensos, como paixão, medo, perdas, aspirações e desventuras.

O ato de ouvir e contar histórias está, quase sempre, presente nas nossas vidas: desde que nascemos, aprendemos por meio das experiências concretas das quais participamos, mas também através daquelas experiências das quais tomamos conhecimento através dos que os outros nos contam. Todos temos necessidade de contar aquilo que vivenciamos, sentimos, pensamos, sonhamos. Dessa necessidade humana surgiu a literatura: do desejo de ouvir e contar para, através desta prática, compartilhar (KAERCHER, 2001, p. 83).

Praticamente em todos os momentos da nossa vida o ato de contar de histórias, relatar fatos e acontecimentos está presente, pois, parte das experiências e interações sociais é impulsionada pelo desejo e necessidade ser ouvido e compreendido.

O fracasso escolar no ensino fundamental se refere ao desenvolvimento do gosto da leitura e formação de leitores, que recai sobre a forma como o professor está trabalhando a relação do livro com o aluno. A literatura não está recebendo um estímulo adequado e a contação de histórias é uma alternativa para que os alunos tenham uma experiência positiva com a leitura, e não uma tarefa rotineira escolar que transforma a leitura e a literatura em simples instrumentos para as provas, afastando o aluno do prazer de ler (BERNARDINO; SOUZA, 2011, p. 236).

Nesse sentido, se faz necessário iniciar desde antes da Educação fundamental a contação de histórias, explorando todos os recursos que ela comporta: linguagem, escuta atenciosa, fantasia, teatro, música e acesso a livros infantis de qualidade, despertando prazer ao ouvir e ao mesmo tempo preparando a criança para o universo deleitoso da leitura. O contato com os livros desde muito cedo exerce muita influência no desenvolvimento da criança na medida em que desperta o gosto pela leitura, amplia os conhecimentos e estimula habilidades ligadas à oralidade e escrita.

A presença da literatura infantil na Educação Infantil introduz a criança na escrita: além do desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo, a leitura de histórias, contos, fábulas, poemas e cordéis, entre outros, realizada pelo professor, o mediador entre os textos e as crianças, propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como representação da oralidade (BRASIL, 2017, p. 38).

A literatura infantil brasileira conforme a conhecemos hoje passou por muitas transformações até alcançar o patamar vigente, surgiu no final do século XIX com a mudança de regime monárquico para republicano, onde a sociedade pretendia neste período além de objetivos políticos e econômicos passar a imagem de um país moderno em ascensão no quesito educação. Como não existiam escritores nativos para o público infantil, o que houve inicialmente foram algumas traduções e adaptações de livros estrangeiros para os pequenos leitores, como é o caso dos clássicos de Grimn, Perrault e Andersen, porém, com a influência marcante das obras de Monteiro Lobato a partir do século XX, com o Sítio do Pica-pau-amarelo, esse cenário começou a se transformar positivamente, visto que contagiou outros autores a escrever literaturas infantis, como é o caso de Ziraldo, Ruth Rocha, Ana Maria Machado e Maurício de Souza. Atualmente podemos contar com um leque de livros infantis de qualidade, por exemplo, as produções de Cecília Meireles, Eva Furnari e Lygia Bojunga, que devem ser levados para o meio infantil como um recurso precioso a ser explorado, onde o professor no papel de mediador faz o uso da dramatização, entonação de voz e das representações para impressionar e cativar seu ouvinte numa troca de sentimentos que interagem durante a narrativa que, ao ser contada com vivacidade, ganha maior abrangência. As interações que a criança faz com as histórias aguçam a imaginação, revelando suas emoções mais íntimas de forma positiva, pois, canaliza sentimentos confusos, como ansiedades e aspirações, auxiliando-a na forma de

resolver seus conflitos.

Na interação com as histórias a criança desperta emoções como se a vivenciasse, estes sentimentos permitem que esta pela imaginação exercite a capacidade de resolução de problemas que enfrenta no seu dia a dia, além disso, esta interação estimula o desenho, a música, o pensar, o teatro, o brincar, o manuseio de livros, o escrever e a vontade de ouvir novamente (BERNARDINO; SOUZA, 2011, p. 240).

Seguindo esta perspectiva, surge aqui a seguinte indagação, o que é mais significativo, contar uma história ou ler uma história para determinado público. Embora estas duas linguagens tenham estruturas próprias que as definem, incluindo seus valores e suas diferentes funções na forma de relacionar-se com o mundo, cabe aqui fazer um paralelo significativo entre elas, isto é, narrativa oral e narrativa escrita. A narrativa oral é mais dinâmica e visível, pois vincula o aqui e o agora, onde o contador e seu público se unificam ao compartilhar de um mesmo sentimento, isto é, o de "estar junto". As reações do público, como admiração, humor, espanto, prazer e indignação são combustíveis essenciais para o desenvolvimento da atividade, que por ser mais livre, imediata e espontânea permite criar e recriar ilimitadas vezes uma mesma história com elementos novos provenientes da nossa imaginação, bagagem cultural, formação pessoal ou mesmo de acordo com cada momento experienciado, pois parte de indivíduos reais e cenários reais que ultrapassam barreiras por meio do contato visual, atingindo os órgãos dos sentidos onde o ver, ouvir e sentir adquire o sentido de vida em movimento, "Quem conta um conto aumenta um ponto", como diz um ditado popular. A arte do contador de história, segundo Matos e Sorsy (2005), envolve improvisação, expressão corporal, entonação de voz, gestualidade, ritmo, interpretação, flexibilidade e interação com seus expectadores, buscando resgatar a tradição oral, cujo som emitido ocupa todos os espaços e envolve sincronicamente o corpo e a mente. Na narrativa oral o som incorpora e unifica, cabendo aqui explicar mais detalhadamente sobre esse aspecto nas colocações de Matos e Sorsy (2005).
Quando a comunicação se dá através da palavra oral, nosso centro de percepção é o auditivo. Uma característica da percepção auditiva é que ela nos proporciona a experiência de unidade. O som nos invade por todos os lados e passa através de nós. Todo o nosso corpo é uma unidade auditiva, porque estamos no centro do campo sonoro. Experimente! Ouça uma música e tente perceber como ela envolve seu corpo inteiro, observe como você e o ambiente se integram numa unidade, porque o som preenche também o ambiente a sua volta. Essa característica é responsável pelo sentimento de 'estar junto' de um auditório (MATOS; SORSY, 2005, p. 06-07).

Na narrativa escrita, o centro da percepção passa a ser o visual, o leitor de história "empresta sua voz ao texto", embora possa brincar com a inflexão vocal não pode fugir da estrutura gráfica das palavras e nem do estilo literário do autor, a viagem pela textualidade escrita não se faz plenamente em conjunto, mas principalmente em modo restrito e singular que suscita a introspecção e reflexão analítica. Nesse sentido, a ênfase maior é em apresentar e apreciar a riqueza da obra, assim como valorizar o suporte, que é o livro, o escritor e a linguagem literária.

No caso da leitura, o centro da percepção passa a ser o visual. Se o som incorpora e unifica, a visão isola, separa, é o sentido de dissecação. Quando mergulhamos numa leitura, separamo-nos do mundo. Nossa viagem é 'solitária. (MATOS; SORSY, 2005, p. 07).

Assim sendo, compreende-se que o contador de histórias e o leitor de histórias exercem papéis diferentes, embora estejamos conscientes de que ambas as práticas são importantes e necessárias, pois implicam situações diferentes de trabalho com a linguagem, nenhuma deve prevalecer sobre a outra, as enunciações orais e escritas devem ser trabalhadas de modo alternativo ou complementar, embora esta pesquisa dê destaque e peso oralidade, por ser mais próxima da realidade infantil onde se iniciam as primeiras descobertas, interações, construção de identidade e desenvolvimento de habilidades primordiais. A arte de contar histórias no meio educativo não tem como fim somente a recreação, mas sim é uma atividade rica, valiosa e produtiva que, quando bem utilizada, contribui para aprendizagens múltiplas. Portanto, deve ser feita por meio de um planejamento prévio por parte do professor, com objetivos claros e metodologia consistente aliada aos projetos pedagógicos da instituição.

Desde contar uma nova história, propor uma técnica diferente de desenho até situações mais elaboradas, como, por exemplo, o desenvolvimento de um projeto, requer um planejamento cuidadoso com um encadeamento de ações que visam a desenvolver aprendizagens. Estas estruturas didáticas contêm estratégias que são organizadas em função das intenções educativas expressas no projeto educativo, constituindo-se em um instrumento para o planejamento do professor (BRASIL, 1998, p. 54-55).

A preparação da aula, segundo Cardoso (2016), também faz toda diferença, isto inclui a escolha da

história, do suporte, dos recursos e da forma como será apresentada. A preparação do ambiente também é de extrema importância para o sucesso da empreitada, como por exemplo, a escolha de um lugar aconchegante, com boa ventilação, com poucos ruídos e espaço para livre interação com os ouvintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a escola é reconhecidamente um lugar de construção e reconstrução de conhecimentos, deve-se dar especial atenção à prática da contação de histórias, já que ela contribui na aprendizagem escolar em todos os seus aspectos: cognitivo, físico, psicológico, moral e social, proporcionando um desenvolvimento muito mais perceptivo no aluno. Sobre suas vantagens, foram destacadas a aprendizagem de conteúdos, a socialização, a comunicação, a criatividade e a disciplina. Estabelecendo a relação entre os dados, observamos que a importância das histórias na escola se deve ao fato de ela proporcionar o desenvolvimento da motricidade, do raciocínio, o fortalecimento da autoestima, além da função lúdica. Também auxilia no processo de alfabetização, despertando nas crianças o gosto pela leitura. A contação de histórias, ao contrário de muitas percepções equivocadas, não está em desuso, ela está viva e difusa na sociedade, embora seu reconhecimento ainda não tenha alcançado a plenitude almejada de acordo com seu verdadeiro valor. Visto a relevância da contação de histórias na escola, espera-se com esta produção atingir e envolver novos olhares para este tema tão importante, encorajando pesquisas mais aprofundadas a fim de dar continuidade a estudos com novos enfoques sobre a contação de histórias e suas contribuições como recurso pedagógico.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BERNARDINO, Andreza Dalla; SOUZA, Linete Oliveira de. A contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Educare et educarerevista de educação. São Paulo, v 06, nº12, p. 235-249, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 07 ago. 2020.

BETTELHEIM, Bruno. A psicanálise dos contos de fadas. Trad. Arlene Caetano. 16. ed. Rio de Janeiro, 2002.

BOZZANO, Hugo, FRENDA, Perla. O que é arte. In: . Arte em Interação. Volume Único. São Paulo. IBEP. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 12 ago.2020.

. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARDOSO, Ana Lúcia Sanches. A Contação de Histórias no Desenvolvimento da Educação FARIA, Inglide Graciele de; FLAVIANO, Sebastiana de Lourdes Lopes; GUIMARÃES, Maria Severina Batista; FALEIRO, Wender. A influência da contação de histórias na Educação Infantil. Mediação, Pires do Rio - GO, v. 12, n. 1, p. 30-48, jan.- dez. 2017. ISSN 1980-556X (versão impressa) / ISSN 2447-6978

CARVALHO, Mariana Antonia Santiago; JUNIOR, Francisco Vicente de Paula. A transmissão de valores morais em três causos fantásticos de tianguá. Ensaios Pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades

OPET ISSN 2175-1773, Jun. de 2016. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/ pdf/n11/artigo1.pdf>. Acesso em 12 de ago. 2020.

FONTES, José de Oliveira. O potencial Didático dos Mitos e das Lendas na Educação História. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/ingli/Downloads/Relatorio_Final_Mestrado_MEHG_Vitor_Fontes.pd> Acesso em 18 de ago. 2020.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler- em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v 4).

KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. E Por Falar em Literatura. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

MATOS, Gislayne Avelar; SORSY, Inno. O ofício do contador de histórias.
São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHERMACK, Keila de Quadros. A contação de histórias como arte performática na era digital: convivência em mundos de encantamento. 2012. Disponível em:<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Trabalhos/S10/keilasc hermack.pdf>. Acesso em: 14 de ago. 2020.